

Metodologias Qualitativas de Pesquisa em Serviço Social

Ana Cristina Brito Arcoverde (Organizadora)
Editora UFPE, 2014. 272 p.

A coletânea reúne, em duas seções, onze artigos, sendo cinco deles nucleados pelo Tema I – Fundamentos de pesquisa qualitativa, e mais seis artigos em torno do Tema II – Práxis de investigação no Serviço Social.

Em *A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social*, que abre a primeira sessão da presente coletânea, as autoras portuguesas, abordam a pesquisa qualitativa pela ótica da relação que implica entre o sujeito observador e o sujeito observado, e possibilita múltiplas e complexas perspectivas de compreensão do real. Neste capítulo, defendem, sobretudo, o potencial da investigação qualitativa para a afirmação do papel transformador e político do Serviço Social nas sociedades contemporâneas. Mais do que conhecer fragmentos do real incomparáveis e desconexos, as autoras afirmam que as linguagens qualitativas permitem identificar o comum sob a aparência de heterogeneidade, e permitem sistematizar sem neutralizar a singularidade, permitem, ainda, superar o óbvio e articular níveis de intervenção distintos (micro, meso, macro), conectando diferentes linguagens e processos de ação, e valorizando o conhecimento de proximidade e as concepções e impactos das políticas, dos programas, dos projetos e das ações junto a pessoas e territórios.

O capítulo *A querela metodológica quantitativo versus qualitativo: aproximações à hermenêutica controlada em Bardin e à hermenêutica de profundidade em Thompson* discute alguns pressupostos teórico-metodológicos presentes em metodologias da pesquisa social que trabalham com a interpretação de textos, falas, mensagens e formas simbólicas. A autora se debruça sobre a instigante querela metodológica do quantitativo versus qualitativo baseada na abordagem de Bardin (2009) sobre a análise de conteúdo como uma hermenêutica controlada, e na abordagem das formas simbólicas em E. P. Thompson (1995), também considerada por Demo (2001) como uma hermenêutica de profundidade, como forma de iluminar a querela metodológica quantitativo versus qualitativo na investigação em Serviço Social.

A autora de *Controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais* oferece ao leitor elementos para entender as polêmicas em torno da descoberta da cientificidade das Ciências Sociais e suas respectivas controvérsias paradigmáticas no intuito de pensar a realidade social. Pontua que hoje se vivencia uma nova era, marcada, sobretudo, pelo questionamento das certezas e por uma nítida procura de reformulações, alargamentos, rupturas conceituais e teóricas, enfim, marcada por indagações sobre os meios de pesquisa, sobre as técnicas e os métodos na investigação da essência do real. Alerta para os perigos do dogmatismo e admite a possibilidade de diálogo entre os paradigmas teóricos contemporâneos, lembrando os riscos do ecletismo. Advoga a ideia do devir, a historicidade e o caráter ideológico do processo de conhecimento, além da inexistência de um único método científico. Na relação sujeito versus objeto a autora destaca a busca do processo de objetivação e o vínculo do conhecimento com a prática, pondo em dúvida a completude da objetividade. Por fim, afirma as regras do método científico como condição que antecede a produção do conhecimento científico.

No capítulo intitulado *A prática da análise de discurso na investigação social*, a autora trata da análise de discurso como um recurso investigativo na complexidade da linguagem e seus processos culturais. A elucidação de questões/aspectos da realidade que nem sempre possuem formas próprias de expressão foi o desafio na prática investigativa que a autora assumiu superar, e encontrou na análise de discurso, contextualizada por pensadores clássicos dessa abordagem, um potencial analítico precioso. O artigo demonstra que o discurso passa a significar uma prática social diferente da escrita, da fala e da língua, embora se materialize na escrita, na fala, na língua, na imagem, no gesto, na ação, na música, entre outros. É, portanto, na sua historicidade que o discurso se imbuí de sentido e se concretiza como discurso. O processo de produção de sentido como materialidade do discurso depende do que se quer atingir como produção significativa. Conforme a autora, é na relação entre a produção do discurso e os efeitos por ele produzidos que se constitui o processo de reconhecimento, ou seja, processo de circulação eivado de sentidos. Mas alerta, o discurso também reflete uma visão de mundo determinada e vinculada aos seus autores e à sociedade em que vivem. A ação do sujeito sobre o mundo implica um posicionamento e esse, no processo interlocutório, seleciona sentidos, ou os exclui. O uso da linguagem realiza-se em modos particulares. Ela é usada em diferentes situações sociais e define os modos de estruturação das áreas de conhecimento e da prática social. Nesse campo metodológico, a linguística é diálogo falado em contraste com textos escritos e refere-se a amostras ampliadas de linguagem falada ou escrita. O discurso, no entanto, é uma instância da linguagem entre a língua e a fala. Ele articula o nível linguístico e o extralinguístico. O “ser” e o “não ser” que caracteriza o discurso, incluindo seu sentido e sua materialidade, implica em interlocução interativa contextualizada como potencialidade analítica, interpretativa e investigativa da análise de discurso no trato de problemas de pesquisa no âmbito das Ciências Sociais e Humanas de forma inquestionável. A análise de discurso utilizada pela autora constituiu-se o procedimento metodológico escolhido para analisar a ideologia, que perpassa a evolução conceitual do termo globalização, identificado em matérias jornalísticas, publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo, no transcurso de dez anos.

No capítulo *A importância do método histórico-dialético para o Serviço Social enquanto profissão e área de produção de conhecimento na contemporaneidade brasileira*, a autora faz uma reflexão sobre o método dialético e sua importância para o Serviço Social brasileiro não somente como profissão, mas também como área de produção de conhecimento. Ressalta a relevância do pensamento de Marx que afirma existir uma conexão indissociável entre elaboração teórica e formulação metodológica que imbrica a totalidade, a mediação e a contradição. A autora demonstra que o Serviço Social tem avançado na produção de conhecimento próprio e chama a atenção para a importância da realização de pesquisas que apreendam como as recentes transformações societárias incidem sobre a cultura profissional, repercutem no campo da pesquisa, na formação e no exercício profissional. Revela ainda que são diversas as demandas postas ao Serviço Social na atualidade e que permanecem como desafios. Conclui e reafirma que, para fornecer respostas competentes a tais demandas, a nova geração de pesquisadores deve recorrer às concepções teórico-metodológicas de Marx que possibilitam a reconstrução crítica e analítica da demanda cotidiana para o Serviço Social, bem como a criação de estratégias de atuação que ultrapassem toda e qualquer forma de atuação acrítica e apolítica.

Os artigos que compõem a segunda seção desta coletânea, nominada de Práxis de investigação no Serviço Social, são dedicados às experiências de produção de conhecimento resultantes de pesquisas, teses e dissertações no Serviço Social da Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco/Brasil, e nas Ciências Sociais da École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França.

Assim, no capítulo *Um caminho metodológico: um longo e difícil caminho...*, a autora apresenta o caminho metodológico que percorreu na construção da avaliação do Plano Nacional de Avaliação (PNQ) em sua expressão local PlanTeQs/PE/Recife (Plano Territorial de Qualificação), no período de dois anos. O ponto de partida do trabalho foi o reconhecimento do processo de globalização, do neoliberalismo e de suas consequências econômicas, políticas e sociais. Ainda reconhece que a fração da população a que se destinam estes programas está em situação de desvantagem em relação ao conjunto da sociedade, e que a educação, particularmente a educação para o trabalho, vem sendo indicada como elemento capaz de solucionar os desafios postos neste processo, sem considerar o contexto macroeconômico. A autora defende a avaliação de política pública para além dos resultados numéricos e trabalha com o conceito de mudanças significativas para traduzir a ideia de uma situação inicial, objeto da política pública que, se espera, deve trazer modificações nas condições de vida da população alvo da política. O uso de dimensões da mudança (aspectos demográficos, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso a serviços, situação educacional, etc.) na investigação que empreendeu visou explorar e responder como os egressos avaliam a qualificação obtida e suas repercussões nas condições de vida e autoestima dos participantes.

Em *Apropriação do princípio da integralidade na política de saúde e a análise documental como estratégia de pesquisa*, a autora defende que a integralidade ao lado da universalidade e equidade constituem-se princípios doutrinários que norteiam não só a política de saúde mas devem conformar todo o sistema de atendimento aos usuários dos serviços. A integralidade tem interface com as demais políticas setoriais, estando relacionada à multiplicidade de fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença com dificuldades de efetivação. Para desvelar como este princípio é apropriado na política de saúde a autora utiliza como estratégia de pesquisa a análise documental, escolhe os documentos representativos da política, como relatórios de Conferências Nacionais de Saúde, e o Plano Estadual de Saúde de Pernambuco (PES/PE) no período delimitado da investigação. Ressalta que a escolha de tais documentos se deu em função de serem construídos com a participação dos diferentes sujeitos responsáveis pela execução da política, a saber: gestores, profissionais e usuários. Ultrapassando o plano da estratégia de pesquisa, a autora elenca alguns resultados, destacando que a integralidade mencionada nos documentos como princípio basilar da política de saúde é elemento de retórica, assim como o é a articulação apresentada como sinônimo de integralidade e como elemento chave para sua efetivação. Afirma, finalmente, que a apropriação da integralidade na política de saúde, pensada em seus múltiplos aspectos e contextos – político, social e econômico – e a ser alcançada de forma a mais completa possível, ainda constitui-se um desafio.

Em *Como avaliar impactos*, a autora apresenta um caminho metodológico para apreender por meio da pesquisa os impactos econômicos, sociais, ideológicos e políticos, compreendidos como mudança, nas dimensões objetiva, subjetiva e substantiva. O artigo deixa claro que, no caso específico da avaliação de impactos, uma das modalidades de pesquisa avaliativa, a opção metodológica foi aliar procedimentos qualitativos a quantitativos, uma vez que se compreendem os dois métodos como complementares para a investigação das mudanças operadas por políticas, programas, projetos ou práticas sociais juntos, e da população como problema de investigação. É preciso realçar que é “falso dilema” pensar que o quantitativo e o qualitativo na pesquisa são divergentes ou contraditórios. Infinitas afirmações que emanam da aproximação da realidade social requerem ambos os procedimentos, seja para construção do universo e da amostra que garantem representatividade e fiabilidade dos dados, seja para organização e verificação de dados qualitativos, por saturação da informação,

dentre outros. Ainda mais porque nenhum resultado obtido pelo estudo de determinado aspecto ou faceta da realidade social tem caráter apenas objetivo ou subjetivo, ou é absoluto. O artigo apresenta além dos fundamentos que apoiaram a questão da pesquisa, o procedimento metodológico escolhido e o caminho trilhado para construir uma estrutura de indicadores para avaliação de impactos, cuja aplicação possibilitou captar as mudanças na vida, na consciência e na ação políticas de trabalhadores engajados em unidades econômicas organizadas em torno de princípios coletivistas e relações de trabalho mais horizontais no território do estado de Pernambuco como potencial transformador da consciência dos moldes do trabalho hegemônico organizado na sociabilidade capitalista. A autora oferece finalmente ao leitor alguns resultados da avaliação dos impactos, ou das mudanças detectadas nas dimensões objetiva, substantiva e subjetiva.

O artigo *Os nexos entre a assistência estudantil e a contrarreforma universitária nos anos 2000: apontamentos teórico-metodológicos* é produto de pesquisa orientada pela hipótese acerca da funcionalidade da expansão da assistência estudantil, nos anos 2000, em sintonia com a operacionalização das principais propostas contrarreformistas em curso nas universidades públicas brasileiras. A pesquisa qualitativa desenvolvida pela autora trabalhou com múltiplos documentos: relatórios, livros, legislações, atas, discursos presentes em materiais de circulação pública, todos datados dos anos 2000. O percurso teórico-metodológico trilhado permitiu identificar as particularidades da contrarreforma universitária no período, e os nexos existentes com a expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais, relacionados ao denominado processo de “democratização” da educação superior, a saber: Reuni e o Novo Enem/Sisu. O ponto de partida, amparado em Lima (2005), concebe a ênfase no discurso da democratização como particularidade desta fase específica das contrarreformas em curso no ensino superior e, portanto, terreno ideológico em que se orquestra a expansão da assistência nas Ifes.

A análise de conteúdo dos documentos seguiu roteiro especialmente preparado para identificar as referências à assistência estudantil, rastrear como os enunciados eram abordados e encontrar os nexos com propostas conservadoras e produtivistas no ensino superior por meio de categorias como produtividade, alienação, educação e trabalho que subsidiaram a apreensão do processo de reprodução das relações desiguais das classes sociais no capitalismo, tendo a expansão da assistência estudantil nas universidades públicas federais como estratégia para legitimar e subsidiar a “democratização” proposta pelos programas.

Em *Política de segurança pública e intersectorialidade: uma análise de conteúdo na pesquisa documental*, o autor apresenta o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento da pesquisa documental, objetivando perceber como o princípio da intersectorialidade vem se materializando na política de segurança pública em Pernambuco. Trata teoricamente dos fundamentos da análise de conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin e justifica a sua escolha para realizar a codificação e análise dos dados. Além da metodologia de análise de conteúdo na pesquisa documental, como contribuição na produção de conhecimento em Serviço Social, o autor apresenta aos leitores parte da análise e interpretação dos dados quantitativos que utilizou para apreender a concepção de segurança que orienta a política de segurança pública no estado de Pernambuco.

O artigo que encerra a coletânea, *A Formação ideológica dos assistentes sociais no Brasil (1934-1988)*, de natureza qualitativa, se insere teoricamente numa sociologia das ideologias para analisar a formação e o desenvolvimento da ideologia que se expressa no discurso de um grupo profissional, os assistentes sociais brasileiros, examinando, ao mesmo tempo, as suas condições de produção. As questões que deram origem à investigação são apresentadas inicialmente pela autora, que descreve, a seguir, todo o processo em que

são realizadas e justificadas as escolhas metodológicas. A pesquisa qualitativa e a triangulação adotadas são justificadas pela natureza do problema e das características do objeto a construir e investigar. A autora, ao final do seu artigo, brinda os leitores com alguns dos resultados do processo de pesquisa que se desenvolveu em três etapas, cobrindo um período de mais de meio século.